

## DESAFIOS E OPORTUNIDADES PARA A COMUNICAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES NOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

### CHALLENGES AND OPPORTUNITIES FOR ORGANIZATIONS TO COMMUNICATE IN THE SUSTAINABLE DEVELOPMENT GOALS

Joana Lobo de Mesquita Simões Pires Fernandes<sup>(1)</sup>

*(1) Instituto Politécnico de Coimbra*

Email: joanaf@esec.pt

ID. ORCID: 0000-0003-0511-9425

---

**Recebido:** 04/06/2018

**Aceite:** 18/06/2018

**Publicado:** 14/09/2018

#### RESUMO:

A Responsabilidade Social Empresarial representa a incorporação de preocupações sociais e ambientais numa equação tradicionalmente subordinada à lógica económica do lucro. Esta integração levou a que surgissem novos paradigmas da gestão das organizações, orientados por uma narrativa que apela a uma *economia ao serviço da vida* (Laszlo, Sroufe e Waddock, 2017). Ora, as instituições de ensino superior, que formam os líderes de amanhã, não são diferentes, já que também produzem impactos importantes e únicos na sociedade em geral, e nas comunidades onde se inserem, em particular. No entanto, acresce um elemento único e diferenciador que reside na sua capacidade de produzir conhecimento e de promover a aprendizagem (Vallaey, 2009). Destacam-se os desafios e oportunidades que os ODS trazem às organizações em geral e às instituições de ensino superior em particular.

#### Palavras chave:

Responsabilidade social, Instituições de Ensino Superior, Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

Fernandes, J. L. de M. S. P. (2018). *Desafios e oportunidades para a comunicação das organizações nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*. DEDICA. REVISTA DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES, N.º 14, setembro, 2018, 103-117. ISSN: 2182-018X. DOI: 10.30827/dreh.v0i14.7505

**ABSTRACT:**

Corporate Social Responsibility represents the incorporation of social and environmental concerns into an equation traditionally subordinated to the economic logic of profit. This integration led to the emergence of new organizational management paradigms, guided by a narrative that calls for an economy at the service of life (Laszlo, Sroufe and Waddock, 2017). Higher education institutions, which form the leaders of tomorrow, are no different, as they also have important and unique impacts on society in general, and on the communities in which they are inserted, in particular. However, it adds a unique and differentiating element that lies in its ability to produce knowledge and promote learning (Vallaey, 2009). It highlights the challenges and opportunities that SDG brings to organizations, in general, and to higher education institutions, in particular.

**Keywords:**

Social Responsibility, Higher Education Institutions, Sustainable Development Goals (SDG)

O novo milénio trouxe inúmeros desafios a todos os cidadãos e exigiu a aquisição de novos conhecimentos e competências para apreender a complexidade crescente e a incerteza envolvente (Ananiadou & Claro, 2009). Raros são os organismos que não (se) questionaram (sobre) estas alterações e, na sequência, apresentaram planos de ação e intenções de mudança. Esta reflexão atravessou todas as esferas da sociedade, das suas empresas privadas aos organismos públicos, ao terceiro setor e ainda o ensino superior.

A Organização das Nações Unidas (ONU) teve e tem um papel fundamental neste processo reflexivo, assumindo desde sempre um papel de liderança e de promotor da transformação social. Antes da viragem do século, por iniciativa do então Secretário Geral, a sociedade em geral e as empresas privadas em particular, receberam o desafio de integrarem, como guias orientadoras, um conjunto de dez princípios de atuação inspirados nos direitos humanos, nos direitos do trabalhador, na proteção ambiental e no combate à corrupção<sup>1</sup> (UNGC, s/data). Com o Pacto Global das Nações Unidas (UNGC, s/data) pretendia-se estreitar a relação empresa-sociedade, reconhecendo o potencial transformador da

*Fernandes, J. L. de M. S. P. (2018). Desafios e oportunidades para a comunicação das organizações nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. DEDICA. REVISTA DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES, N.º 14, setembro, 2018, 103-117. ISSN: 2182-018X. DOI: 10.30827/dreh.v0i14.7505*

primeira para tornar os mercados mais sustentáveis e inclusivos. Esta integração deveria ser voluntária e resultar do reconhecimento, pelas próprias, da sua responsabilidade perante a sociedade e o modo como esta se desenvolve, estando na sua esfera de decisão integrar/favorecer mais ou menos os seus membros.

A este desafio, as empresas responderam de forma expressiva, reconhecendo a oportunidade de valorização que a adesão ao Pacto lhes trazia, não só pela associação a uma iniciativa da ONU integrando uma rede global de comunidades empresariais como pela possibilidade de encetar parcerias *multistakeholder*<sup>2</sup> estratégicas para todos os agentes envolvidos<sup>3</sup>.

Na Europa, esta reflexão centrou-se em torno da Agenda de Lisboa (aprovada na capital portuguesa em 2010) que preconiza uma economia baseada no conhecimento e que visa um crescimento inteligente (“desenvolver uma economia baseada no conhecimento e na Inovação”), sustentável (“promover uma economia mais eficiente em termos de utilização dos recursos, mais ecológica e mais competitiva”) e inclusivo (“fomentar uma economia com níveis elevados de emprego que assegura a coesão social e territorial”) (CCE, 2010, p.5). Para responder a estes múltiplos desafios, a Europa tinha já iniciado em 2001 neste continente o seu Livro Verde para a promoção da RSE, propondo uma definição que se generalizou; nele sublinhava-se o carácter voluntário da RSE, o facto de ultrapassar a exigência da lei e de se envolver ativamente no progresso sócio-económico-ambiental das comunidades, por ser esse o seu dever. Mais tarde, a própria Comunidade Europeia, na atenção que dedica à responsabilidade social empresarial, veio rever (em 2011) a sua definição do conceito e tendo-se desde então centrado na questão dos *impactos* que as decisões empresariais têm na sociedade (e nos seus diferentes *stakeholders*) (CCE, 2011).

Desses impactos, decorrem as suas responsabilidades acrescidas, a serem assumidas na prossecução de dois objetivos: para uma criação de valor partilhada e para mitigar e prevenir eventuais impactos adversos. Para tal, é necessário que as empresas incorporem a responsabilidade social de uma forma integrada e transversal a todo o processo negocial, da definição da sua missão e visão ao reporte das suas atividades sob o prisma dos três vértices da sustentabilidade (Jonker & Witte, 2006).

Fernandes, J. L. de M. S. P. (2018). *Desafios e oportunidades para a comunicação das organizações nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*. DEDICA. REVISTA DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES, N.º 14, setembro, 2018, 103-117. ISSN: 2182-018X. DOI: 10.30827/dreh.v0i14.7505

Embora reconhecendo que a integração da RSE na estratégia empresarial se faz em tempos e modos diferentes, parece ser clara a existência de preocupações comuns:

“A nível europeu, o desafio reside em identificar de que forma é que a responsabilidade social das empresas pode contribuir para o objetivo enunciado em Lisboa: construir uma economia dinâmica, competitiva, coesiva e baseada no conhecimento. O Conselho Europeu de Lisboa formulou um apelo especial ao sentido de responsabilidade social das empresas no que toca às melhores práticas em matéria de aprendizagem ao longo da vida, organização do trabalho, igualdade de oportunidades, inclusão social e desenvolvimento sustentável” (CCE, 2001, p.5).

## **1 – Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)**

Paralelamente, também a ONU lança os oito Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), “um conjunto de medidas que, a serem alcançadas, conseguirão minimizar as enormes clivagens socioeconómicas que marcam a nossa atualidade” (GRACE & I. ETHOS, 2005, p. 5), a concretizar entre 2000 e 2015, estabelecendo o princípio da ação local em contexto global, de modo a colocar na agenda de preocupações e de prioridades à escala global, erradicar a fome, alcançar a educação primária universal, promover a igualdade de género, reduzir a mortalidade infantil, melhorar a saúde materna e combater grandes doenças, garantir a sustentabilidade ambiental e promover uma parceria mundial rumo ao desenvolvimento (GRACE & I. ETHOS, 2005).

Posteriormente, e dando continuidade a este movimento, os 193 estados membros da ONU aprovaram os dezassete Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que se desdobram em 169 metas a atingir nos domínios económico, social e ambiental. Embora construídos a partir dos ODM, os ODS apontavam para a necessidade de constituírem parcerias estratégicas à escala global, onde cada parceiro assume responsabilidades e obrigações de forma conjunta e articulada, dando resposta a desafios que são de natureza universal (Wysokinska, 2017), propondo soluções

*Fernandes, J. L. de M. S. P. (2018). Desafios e oportunidades para a comunicação das organizações nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. DEDICA. REVISTA DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES, N.º 14, setembro, 2018, 103-117. ISSN: 2182-018X. DOI: 10.30827/dreh.v0i14.7505*

integradas que faziam repensar os tradicionais modos de atuação empresarial (Jinsong *et al.*, 2018).



Quadro 1: Os ODS (recuperado em <https://www.ods.pt/ods/#17objetivos>)

A aprovação destes últimos Objetivos, em 2015, inscreve-se na Agenda 2030 para a Sustentabilidade, “*Transformando o nosso mundo*” (ONU, 2015), que tem como propósito promover uma visão partilhada da humanidade e um contrato social entre as lideranças globais e as pessoas (ONU, 2015) e que se ancora em cinco pilares: pessoas, planeta, prosperidade, paz e parcerias. À tríade da sustentabilidade – pessoas, proveitos e planeta – associa-se a convicção que não é possível atingir uma visão comum de sustentabilidade em contextos de guerra e que apenas a articulação em parcerias pode resolver questões globais como as que se colocam a este nível. A convocatória desta Agenda tem por destinatários intervenientes a diferentes escalas, traduzindo-se na expressão “*todos os países, todos os stakeholders*”, garantindo que “ninguém fique para trás” (ONU, 2015, p. 3) e para que, no respeito pela particularidade de cada nação, as suas prioridades e desafios, se cumpram os ODS em cada país (ONU, 2015, p.5). Com os ODS, o mundo dos negócios ganhou uma nova “estrela polar” para um mundo em constante mudança (UNGC, 2016, p. 6)

Fernandes, J. L. de M. S. P. (2018). *Desafios e oportunidades para a comunicação das organizações nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*. DEDICA. REVISTA DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES, N.º 14, setembro, 2018, 103-117. ISSN: 2182-018X. DOI: 10.30827/dreh.v0i14.7505

Deste modo, os ODS constituem-se enquanto linhas orientadoras da ação socialmente responsável, em particular para os organismos que aderiram ao Pacto Global, mas não só. Este último, define, como dissemos, princípios normativos de atuação e os ODS funcionam (para estes) como agenda de preocupações que orienta os diferentes *stakeholders* para que, no seu alcance específico, se concentrem na resolução destes problemas. Entendemos então os ODS como agenda para uma atuação socialmente responsável, uma “linguagem comum em torno do desenvolvimento sustentável” (Weybrecht, 2017, p. 85), linguagem essa a ser utilizada pelos governos, ONG e mundo empresarial e como tal, palco ideal para a mobilização em torno dos Objetivos que o [desenvolvimento sustentável] exige. As instituições de ensino superior são parte integrante deste movimento de mobilização, pelo que importa perceber algumas das respostas que foram dadas.

## 2 – Os ODS no ensino superior

A educação pode ser entendida enquanto “processo para moldar e transformar o indivíduo num ser social e que se envolve na resolução de problemas sociais” (Storey ,M., Killian S. & O'Regan P., 2017, p. 96). Weybrecht (2016 cit. por Storey ,M., Killian S. & O'Regan P., 2017, p. 96) enaltece os seguintes resultados da educação com especial relevância para a aprendizagem da sustentabilidade: a competência para destacar os impactos gerados pelas soluções implementadas, o carácter transformador da educação, a sua capacidade para se tornar acessível e inclusiva, gerando inovação, provocando a mudança e ponderando o futuro que queremos. Para tal, o próprio processo de organização do ensino superior tem de se repensar e reorientar.

A aprovação dos Objetivos, quer do Milénio quer do Desenvolvimento Sustentável, tiveram um impacto considerável no ensino superior, em particular em determinadas áreas profissionais que são apresentadas como tendo uma responsabilidade acrescida. As áreas da gestão empresarial são disso um excelente e ilustrativo exemplo. Assumindo a sustentabilidade como um desafio à escala global, exigindo uma resposta igualmente global e múltipla (a múltiplas vozes coordenadas), e da responsabilidade de todos os

atores sociais, este desafio foi acolhido como convocando especialmente o setor empresarial e os seus líderes para que assumam um papel instrumental (Weybrecht, 2017, p. 84), ou seja, para que criem condições para que os ODS floresçam. Pelos modelos de negócio que aplicam, pelas comunidades onde investem, pela forma como, através de parcerias, inovam e colaboram, as empresas funcionam como meio/espço privilegiado para implementar a mudança social e imprimir a transformação que os ODS exigem. Nesta ordem de ideias, as instituições de ensino superior (IES) que formam os líderes empresariais, foram estimuladas a repensar o seu modelo formativo e a reescrevê-lo para que habilite os seus formandos a assumirem de forma plena os novos e complexos desafios da atualidade e que acentuem o seu contributo para a realização dos ODS. Kearing & Springett (2003) sublinham a importância de uma atitude crítica (pelos estudantes) que deve ser fomentada, colocando situações onde se abordam benefícios e limitações das atuais práticas gestonárias e onde se ensaiem as alternativas futuras. Inclusive, e sobretudo na medida em que a tradicional sobrevalorização do desempenho económico (versus outros desempenhos) tem sido causadora de inúmeros problemas com que se depara a sociedade e logo as próprias empresas (Kearing & Springett, 2003, p. 191).

Assim, adotar uma postura crítica perante a educação para a sustentabilidade implica centrar o estudante não só em torno de valores pessoais mas também da sociedade e dotá-lo de um pensamento ético, aliado a uma *reflexividade*, que permita centrar a atenção nos impactos gerados pelas decisões tomadas em contexto empresarial e que se repercutem em ambiente societal. Ao descentrar o negócio da organização, apreende-se o processo produtivo a montante e o modo de consumo, a jusante (Kearing & Springett, 2003, p. 193), reequilibrando as necessidades de pessoas e recursos. Esta reflexividade conduz à *crítica*, que corresponde ao desafio de fazer de forma diferente e que, posteriormente, levará a uma *ação comprometida e envolvida* transformadora da realidade social.

Estas novas competências levam a que o estudante seja confrontado com referências (bibliográficas), modos de aprendizagem, contexto de aquisição de competências e a um fértil

cruzamento entre disciplinas e saberes, o que correspondem às competências para enfrentar e viver (n)o século XXI (Ananiadou & Claro, 2009).

Dawn & Newman (2005, cit. Annan-Diab & Molinari, 2017, p. 75) afirmam a este propósito que, além de preparar os alunos para avaliar questões de sustentabilidade, a educação para o desenvolvimento sustentável deve promover a capacidade de trabalhar com partes interessadas com expectativas (que por vezes são conflitantes) e sistemas de valores distintos, a fim de encontrar objetivos comuns. Cortina (2011, pp. 104-107), refletindo sobre os valores que devem sustentar uma cidadania ativa para o século que vivemos, introduz a distinção entre valores reativos (que existem em excesso e que não promovem a ação) e valores proativos, a cultivar. De entre estes últimos, e considerando a temática em apreço nesta comunicação, distinguimos alguns destes: a adoção de uma visão a médio/longo prazo que perspetive os impactos das decisões de hoje nas gerações vindouras, a liberdade de participação na vida comum e comunitária, a sociabilidade e o reforço dos vínculos que unem os seres humanos e ainda a responsabilidade de assumir uma cidadania ativa enquanto consumidores, exigindo produtos e serviços provenientes de métodos produtivos sustentáveis. Para tal, as IES devem passar de uma perspetiva exclusivamente centrada nos conteúdos para outra que desenvolva uma educação técnica e social ao mesmo tempo (Kleyman & Tapie, 2010 cit. por Storey, M., Killian S. & O'Regan P., 2017, p. 95).

Numa comunicação Batlle sublinha que importa tornar cidadãos competentes e capazes de transformar o mundo (para que sejam *changemakers*), pelo que não há que escolher entre ter as melhores pessoas ou os melhores profissionais mas que é possível ter ambos (Batlle, 2018). Esta capacidade transformadora não se proporciona isoladamente mas antes em rede, sendo de uma emergente abordagem colaborativa que surge a capacidade de mudança (Davidson & Major, 2014). Em linha, a OCDE (OCDE, 2005; Gordon *et al*, 2009, citado por Voogt & Roblin, 2012) tinha referido que nenhuma disciplina detém *per se* a exclusividade na abordagem a uma educação para o desenvolvimento sustentável mas que este último exige um cruzamento disciplinar que abarque a totalidade dos impactos. A maioria das estruturas sociais surge e

organiza-se espontaneamente pelo que é da referida emergência que surge uma visão outra (Portela, 2018).

Em linha com o reconhecimento, por parte da ONU e dos seus ODS, da centralidade da educação para a concretização destes objetivos (Annan-Diab & Molinari, 2017) impõe-se abordar, como referido, de forma interdisciplinar as questões que se estudam, para uma educação para o desenvolvimento sustentável. Os Princípios para a Educação Empresarial Responsável<sup>4</sup> da ONU alicerçam-se no Pacto Global das Nações Unidas e definem seis linhas orientadoras para enquadrar a ação formativa das IES. Funcionam como uma moldura ou uma âncora para as instituições educativas em torno das questões do desenvolvimento sustentável e da ética nos *curricula* (Annan-Diab & Molinari, 2017, p. 77 e PRME, 2018). No entanto, já não parece ser unânime quais as melhores respostas a dar, ao nível educacional, para que a moldura enquadre devidamente (Storey, M., Killian S. & O'Regan P., 2017, p. 94). Os ODS atuam enquanto paradigma unificador, orientando a forma como os Princípios acima identificados se podem concretizar (Storey M., Killian S. & O'Regan P., 2017, p. 93). Estes princípios são:

1. Objetivo: Desenvolver as competências dos estudantes para serem futuros geradores de valor sustentável para os negócios e a sociedade em geral e para trabalhar a favor de uma economia global inclusiva e sustentável;
2. Valores: Incorporar nas atividades académicas, *curricula* e práticas organizacionais os valores da responsabilidade social global, como é preconizado em iniciativas internacionais como o Pacto Global das Nações Unidas;
3. Metodologia: Criar estruturas, materiais, processos e ambientes educacionais que permitam experiências de aprendizagem eficazes para uma liderança responsável;
4. Investigação: Envolver em investigação conceitual e empírica que melhore a compreensão sobre o papel, a dinâmica e o impacto das organizações na criação de valor social, ambiental e económico sustentável;
5. Parcerias: Interagir com os líderes das empresas para ampliar o conhecimento sobre os desafios em causa no cumprimento de responsabilidades sociais e ambientais e para explorar abordagens conjuntas eficazes para enfrentar esses desafios;

Fernandes, J. L. de M. S. P. (2018). *Desafios e oportunidades para a comunicação das organizações nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*. DEDICA. REVISTA DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES, N.º 14, setembro, 2018, 103-117. ISSN: 2182-018X. DOI: 10.30827/dreh.v0i14.7505

6.**Diálogo**: Facilitar e apoiar o diálogo e o debate entre docentes, estudantes, empresas, governo, consumidores, media, organizações da sociedade civil e outros grupos e partes interessadas em questões críticas relacionadas à responsabilidade social global e à sustentabilidade.

Inúmeras são as escolas de negócios que subscreveram estes princípios, ajudando a perceber de que forma a RSE e a sustentabilidade são conceitos a conjugar e a ler de acordo com uma matriz complementar e que visa a concretização dos ODS.

A articulação entre estes Princípios e o PGNU explana a vantagem de fazer o cruzamento de saberes, de adotar uma lógica interdisciplinar para uma compreensão cabal da questão do desenvolvimento sustentável (Annan-Diab & Molinari, 2017, p.73).

Os desafios contidos nos Princípios da ONU para uma educação empresarial responsável abarcam docentes, discentes e o contexto (a IES) onde se dá a atividade formativa em si. Deste modo, cruzam-se esses mesmos Princípios com as três componentes que integram a carreira de um docente do ensino superior. Note-se que a componente de transferência do conhecimento é transversal tanto à científica como à organizacional (quadro 2).

O quadro 2 ilustra as diversas formas de pôr em prática um modelo de atuação que sensibilize os alunos para as temáticas e problemas dos ODS e, ao mesmo tempo, sugere abordagens inovadoras para o ensino dos futuros líderes.

<b>Componente Pedagógica</b>	<b>Componente Científica</b>	<b>Componente Organizacional</b>
1.º Desenvolver competências para uma economia global, inclusiva e sustentável	1.º Desenvolver competências para uma economia global, inclusiva e sustentável	
2.º Incorporar os valores da RSE <b>nas atividades académica, curricula</b> e práticas organizacionais		2.º Incorporar os valores da RSE nas atividades académica, <b>curricula e práticas organizacionais</b>
3.º Permitir experiências de aprendizagem para uma liderança		3.º Permitir experiências de aprendizagem para uma liderança

Fernandes, J. L. de M. S. P. (2018). *Desafios e oportunidades para a comunicação das organizações nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*. DEDICA. REVISTA DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES, N.º 14, setembro, 2018, 103-117. ISSN: 2182-018X. DOI: 10.30827/dreh.v0i14.7505

responsável		responsável
	4.º Desenvolver investigação que incorpore melhorias na gestão empresarial e nas comunidades beneficiárias e que incorpore valor social, económico e ambiental	
5.º Desenvolver parcerias com líderes empresariais para definir abordagens conjuntas aos desafios	5.º Desenvolver parcerias com líderes empresariais para definir abordagens conjuntas aos desafios	5.º Desenvolver parcerias com líderes empresariais para definir abordagens conjuntas aos desafios
6.º Facilitar o diálogo entre todos os <i>stakeholders</i> sobre a RSE e os seus impactos	6.º Facilitar o diálogo entre todos os <i>stakeholders</i> sobre a RSE e os seus impactos	6.º Facilitar o diálogo entre todos os <i>stakeholders</i> sobre a RSE e os seus impactos

*Quadro 2: Princípios da Educação Empresarial Responsável (PRME) em função das três dimensões de desempenho do Docente (produção própria)*

## **Conclusão e desafios específicos para as IES**

A maioria das referências consultadas foca-se quase exclusivamente no papel que os ODS podem ter enquanto moldura de uma atuação socialmente responsável, que habilite os líderes de amanhã para assumir o papel transformador que deles se espera. Para as IES, tanto a agenda dos ODS como os princípios do PRME, permitem elevar o contributo que cada uma destas dá à sociedade, nomeadamente por via dos profissionais que coloca no mercado devidamente sensibilizados e orientados para estas temáticas (Storey M., Killian S. & O'Regan P., 2017, 94). As escolas de gestão empresarial sentem-se particularmente convocadas, o que, de certa forma, vem manifestar a persistência de um modelo de desenvolvimento com um foco excessivo, ou exclusivo, nas estruturas empresariais privadas. Embora se entenda que, a partir do lugar ocupado nessas estruturas empresariais, os sujeitos possam assumir e protagonizar outros projetos de índole comunitária (Storey M., Killian S. & O'Regan P., 2017, 94), o ponto de ancoragem é o facto de serem líderes empresariais e do que

*Fernandes, J. L. de M. S. P. (2018). Desafios e oportunidades para a comunicação das organizações nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. DEDICA. REVISTA DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES, N.º 14, setembro, 2018, 103-117. ISSN: 2182-018X. DOI: 10.30827/dreh.v0i14.7505*

esperar hoje das empresas privadas na assunção de funções de assistência social antes confi(n)adas ao Estado. Outras lideranças (para além da económica), com forte potencial transformador, podem beneficiar do enquadramento proposto pelos PRME.

### Referências Bibliográficas e Webgrafia

Ananiadou, K. & Claro M. (2009). 21st Century Skills and Competences for New Millennium Learners in OECD Countries. *OECD Education Working Papers*, No. 41, OECD Publishing. doi.org/10.1787/218525261154

Annan-Diab F. & Molinari C. (2017). Interdisciplinarity: Practical approach to advancing education for sustainability and for the Sustainable Development Goals. *The International Journal of Management Education* 15 (2017) pp. 73 - 83 <http://dx.doi.org/10.1016/j.ijme.2017.03.006>

Batle, R. (2018, Maio) *Aprendizagem em serviço – uma bússola para orientar o talento*. Comunicação na Conferência “Everyone a Changemaker”, Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Leiria, Leiria.

CCE – Comissão das Comunidades Europeias (2001). Livro Verde *Promover um quadro europeu para a responsabilidade social das empresas*. Bruxelas: CCE.

CE – MEMO/11/730 (de 25 de Novembro de 2011). *Corporate Social Responsibility: a new definition, a new agenda for action*. Recuperado em [http://europa.eu/rapid/press-release\\_MEMO-11-730\\_en.htm](http://europa.eu/rapid/press-release_MEMO-11-730_en.htm).

Cortina A. (2011). Los valores de una ciudadanía activa. In Toro B & Tallone A. (Coords.). *Metas educativas para 2021: La educación educative que queremos para la generación de los Bicentenarios*. Madrid: Org. de los Estados Iberoamericanos para la educación, la ciência y la cultura e Fundación SM, pp. 95-108

Davidson, N., & Major, C. H. (2014). Boundary crossings: Cooperative learning, collaborative learning, and problem-based learning. *Journal on Excellence in College Teaching*, 25(3/4), 7-55

Giacalone, R. (2006). Business Ethics and Social Responsibility Education: Shifting the worldview. *Academy of Management Learning & Education*, vol 5, nº 3, pp. 266-277

GRACE & Instituto ETHOS (2005). As empresas e os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. Recuperado em [http://www.grace.pt/conteudos/00/04/00/00/As-Empresas-e-os-Objectivos-de-Desenvolvimento-do-Mil%C3%A9nio\\_5117.pdf](http://www.grace.pt/conteudos/00/04/00/00/As-Empresas-e-os-Objectivos-de-Desenvolvimento-do-Mil%C3%A9nio_5117.pdf)

Jinsong Wu, Song Guo, Huawei Huang, William Liu, and Yong Xiang (2018). Information and Communications Technologies for

*Fernandes, J. L. de M. S. P. (2018). Desafios e oportunidades para a comunicação das organizações nos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável. DEDICA. REVISTA DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES, N.º 14, setembro, 2018, 103-117. ISSN: 2182-018X. DOI: 10.30827/dreh.v0i14.7505*

Sustainable Development Goals: State-of-the-Art, Needs and Perspectives. *IEEE* (This article has been accepted for publication in a future issue of this journal but has not been fully edited. Content may change prior to final publication), pp. 1-18.

Jonker J. e de Witte M. (2006). Conclusion: The real challenges of Organizing and implementing CSR. In Jonker e de Witte (Ed.) *The challenges of Organizing and Implementing Corporate Social Responsibility* (pp.237-247). New York: Palgrave Macmillan

Kearins K. & Springett D. (2003). Educating For Sustainability: Developing Critical Skills. *Journal of Management Education* 2003 (27), pp. 188-204. DOI: 10.1177/1052562903251411

Laszlo C., Sroufe, R., & Waddock, S. (2017). Torn between two paradigms: a struggle for the soul of Business Schools. *AI Practitioner*, 19 (2), 108-119. doi: 10.12781/978-1-907549-31-1-12

ONU (2015). *Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development*. Resolução adotada na Assembleia Geral de 25 de Setembro de 2015.

Portela P. (2018, Maio) *Changemakers e as Novas Ciências*. Comunicação na Conferência “Everyone a Changemaker”, Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Leiria, Leiria.

PRME (2018). *Our 2030 Vision*. Acedido em <http://www.unprme.org/about-prme/index.php>

Storey, M., Killian S. & O'Regan P. (2017). Responsible management education: Mapping the field in the context of the SDGs. *The International Journal of Management Education* 15, pp 93-103. <http://dx.doi.org/10.1016/j.ijme.2017.02.009>

UNGC (s/data). Portal do United Nations Global Compact (em port. Pacto Global das Nações Unidas). Recuperado de <https://www.unglobalcompact.org/what-is-gc/mission/principles>

UNGC (2016). *Making Global Goals Local Business*. Nova Iorque: UNGC

UNGC (s/data). Portal de United Nations Global Compact. Recuperado de: <https://www.unglobalcompact.org/what-is-gc/mission/principles>

Vallaesys F., de la Cruz C. e Sasia, P. (2009). *Responsabilidad Social Universitaria: Manual de primeiros pasos*. Mexico: McGraw-Hill Interamericana.

Voogt J. & Roblin N. (2012). A comparative analysis of international frameworks for 21<sup>st</sup> century competences: Implications for national curriculum policies. *J. Curriculum Studies*, 44 (3), 299–321. doi.org/10.1080/00220272.2012.668938

Fernandes, J. L. de M. S. P. (2018). *Desafios e oportunidades para a comunicação das organizações nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*. DEDICA. REVISTA DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES, N.º 14, setembro, 2018, 103-117. ISSN: 2182-018X. DOI: 10.30827/dreh.v0i14.7505

Weybrecht G. (2017). From challenge to opportunity - Management education's crucial role in sustainability and the Sustainable Development Goals - An overview and framework. *The International Journal of Management Education* 15, pp 84-92. <http://dx.doi.org/10.1016/j.ijme.2017.02.008>

Wisokinska Z. (2017). Millenium Development Goals/UN And Sustainable Development Goals/UN As Instruments For Realising Sustainable Development Concept In The Global Economy. *Comparative Economic Research, Volume 20, Number 1, 2017* 10.1515/cer-2017-0006, pp. 101-118.

### **Para saber mais sobre a autora...**

#### **Joana Lobo de Mesquita Simões Pires Fernandes**

Doutorada em Ciências da Comunicação pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. É docente no Departamento de Comunicação e Ciências Empresariais da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Coimbra onde leciona Relações Públicas, Direito da Comunicação e do Marketing e Deontologia e Responsabilidade Social Empresarial. Integrou o Conselho Consultivo e o Grupo de Trabalho para a elaboração do Livro Verde sobre Responsabilidade social e instituições de ensino superior, promovido ORSIES - Observatório sobre Responsabilidade Social e Instituições de Ensino Superior.

### **Como citar este artigo...**

Fernandes, J. L. de M. S. P. (2018). Desafios e oportunidades para a comunicação das organizações nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. *DEDICA. REVISTA DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES*, 14, 103-117.

DOI: 10.30827/dreh.v0i14.7505

---

<sup>1</sup> Os 10 Princípios são: Direitos Humanos: Princípio 1: As empresas devem apoiar e respeitar a proteção dos direitos humanos, reconhecidos internacionalmente; Princípio 2: Garantir a sua não participação em violações dos direitos humanos. Práticas Laborais: Princípio 3: As empresas devem apoiar a liberdade de associação e o reconhecimento efetivo à negociação coletiva; Princípio 4: A abolição de todas as formas de trabalho forçado e obrigatório; Princípio 5: Abolição efetiva do trabalho infantil; Princípio 6: Eliminação da discriminação no emprego. Proteção ambiental Princípio 7: As empresas devem apoiar uma abordagem preventiva aos desafios ambientais; Princípio 8: Realizar iniciativas para promover a responsabilidade

*Fernandes, J. L. de M. S. P. (2018). Desafios e oportunidades para a comunicação das organizações nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. DEDICA. REVISTA DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES, N.º 14, setembro, 2018, 103-117. ISSN: 2182-018X. DOI: 10.30827/dreh.v0i14.7505*

ambiental; Princípio 9: Encorajar o desenvolvimento e a difusão de tecnologias amigas do ambiente. Anticorrupção: Princípio 10: As empresas devem combater a corrupção em todas as suas formas, incluindo extorsão e suborno.

<sup>2</sup> Mantemos a expressão em inglês (*multistakeholder* e *stakeholder*) por ser a mais comum na área empresarial.

<sup>3</sup> Recuperado em <http://globalcompact.pt/aderir/vantagens-na-adesao>.

<sup>4</sup> PRME: *principles of responsible management education* são uma iniciativa da ONU datada de 2007 cuja visão é a de que os ODS se realizem através de uma educação para a gestão empresarial responsável. Recuperado em <http://www.unprme.org/about-prme/index.php>